

DESENVOLVIMENTO E AMBIENTE: QUESTÕES FUNDAMENTAIS DA SOCIOLOGIA CONTEMPORÂNEA¹

DEVELOPMENT AND ENVIRONMENTAL: BASIC QUESTIONS ABOUT CONTEMPORARY SOCIOLOGY

Sônia Regina da Cal Seixas BARBOSA²

RESUMO

O texto se propõe estimular o debate sobre as questões do desenvolvimento e suas possíveis abordagens interdisciplinares. A questão ambiental tem criado um desafio sem precedentes para o debate do modelo de desenvolvimento. Nesse sentido, supõe-se que é necessário redefinir antigos conceitos para a melhor compreensão e atuação dos pesquisadores de questões vinculadas a dinâmica sócio-ambiental. Acredita-se que são temas em processo de amadurecimento. E é nessa premissa que o texto se insere.

Palavras-chaves: desenvolvimento - ambiente - interdisciplinaridade

ABSTRACT

The article aims to stimulate a debate on the problem of development and its interdisciplinary approaches. Environmental question has created an unprecedented challenge for discussing development patterns. It is argued as necessary to redefine ancient concepts in order to improve the understanding and action of researchers which deal with socioenvironmental issues. These themes are perceived as undergoing a process of maturation. The article departs from this presupposition.

Key-words: development - environment - interdisciplinary

⁽¹⁾ Este texto foi elaborado a partir de BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas. **Qualidade de vida e suas metáforas. Uma reflexão sócio-ambiental.** Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. DCS/IFCH/UNICAMP, 1996, para referência básica da disciplina PE 182 - Tópicos Especiais em Planejamento de Sistemas Energéticos III. Programa Interdisciplinar de Planejamento dos Sistemas Energéticos, FEM/UNICAMP, que vem sendo ministrada pela autora desde 1999, no referido Programa de Pós-graduação.

⁽²⁾ Professora doutora do Instituto de Ciências Humanas, PUC-Campinas. Pesquisadora do NEPAM/UNICAMP (srcal@terra.com.br).

1. APRESENTAÇÃO

A questão ambiental apresenta desafios ao modelo de desenvolvimento em curso e demanda dos pesquisadores novas posturas. Conceitos como progresso, alternativas de desenvolvimento e sustentabilidade, exigirão formas diferenciadas de tratamento e passarão, necessariamente, pela discussão de um modelo de desenvolvimento capaz de alterar a degradação ambiental em dimensão planetária que a sociedade ora enfrenta. Temas fundamentais como globalização da economia e complexidade crescente dos processos sociais, exigem diferentes estratégias e possibilidades reflexivas. Faz-se necessário redefinir antigos conceitos para que a compreensão e atuação dos pesquisadores de questões vinculadas a dinâmica sócio-ambiental se tornem presentes e amadurecidas. O objetivo deste texto é estimular o debate sobre um possível caminho que possa atender a essas perspectivas.

2. A DISCIPLINARIDADE E SEUS LIMITES: O DEBATE SOCIOLOGICO ATUAL

A contemporaneidade está impregnada de questões importantes. Procurar respostas para cada uma delas no campo das Ciências Sociais não é tarefa fácil. Esse desafio porém, tem provocado de forma decisiva os cientistas sociais a abrir horizontes para pesquisas antes não formuladas nesse campo disciplinar, bem como perspectivas de ampliação do olhar para análises interdisciplinares.

Os anos 90 representam um questionamento sem precedentes na história da humanidade e do pensamento social, traduzido por um debate impregnado de dúvidas acerca da modernidade, seu significado, suas conseqüências ou sua extemporaneidade. Questionar a complexidade deste momento passa a ter o caráter de uma discussão maior sobre o tempo histórico e social que estaremos vivendo: a modernidade como um projeto inacabado (Habermas, 1992), suas conseqüências (Giddens,

1991 e 2001), ou a pós-modernidade? (Lyotard, 1987). Em suma, do que estamos falando?

Habermas³, ao discutir a modernização enquanto um projeto inacabado, faz uma crítica aberta ao *novo conservadorismo*, que envolve vários conceitos precedidos do prefixo - *pós* - (pós-iluminismo; pós-modernidade; pós-história). A modernidade na sociedade capitalista industrial, para Habermas, deve ser entendida por meio de um paralelo com a cultura e os movimentos artísticos e arquitetônicos, pois resume-se na expressão objetiva do espírito do tempo renovando-se espontaneamente. É desta forma que, para figurar como um contraponto à idéia de ultrapassar as barreiras do velho, do antigo, a modernidade se insurge como o novo.

Em termos do *momento atual* o que seria o *novo*, a *novidade*? Algo que ultrapassou o tempo, o social e o cultural. A constituição da sociedade capitalista, assim, representa um certo desprezo ao feudalismo, à introdução da máquina, de novos modos de produção e uma forma diferenciada de apropriação da natureza. Esses elementos são aqueles que têm permitido ao homem provocar grandes rupturas com seu passado e inserir-se na contemporaneidade através de um diálogo diferenciado com a cultura e o social.

A modernidade, por ser um espaço mítico (Habermas, 1992: 104), provoca dois tipos de ruptura: por um lado, a da continuidade temporal, e por outro, a de cultura e sociedade, perceptível através de modernidade cultural e exigência do sistema econômico e administrativo⁴. Essas rupturas seriam os principais constituintes da atual crise nas sociedades avançadas do ocidente, recaindo necessariamente sobre o indivíduo e se expressando através de ausência de subjetivismo, de sensibilidade, de princípio de autorização e de vivência pessoal ilimitada. A relação do indivíduo com o trabalho industrial, com os projetos racionais e objetivos e com o mundo urbano-industrial que são dados pela modernidade, provocaria essas ausências em função de uma disciplina que a vida profissional

⁽³⁾ HABERMAS escreveu este texto em 1980, publicado In: ARANTES & ARANTES, 1992.

⁽⁴⁾ Habermas faz essa discussão a partir de BELL, 1978.

comparativamente ao trabalho com as artes e a cultura exigem.

Os modos de vida da elite nas sociedades capitalistas avançadas estariam presos a uma sociedade direcionada para a produção e o consumo de massas sem muito espaço para o indivíduo e o sujeito social. Habermas, no entanto, nos alerta que a dinâmica para a compreensão da sociedade precisa de uma história cultural em toda sua amplitude. Essa história cultural estará impregnada pelas passagens históricas, sociais e políticas que constroem o arcabouço da sociedade, seja ela qual for. Desta forma, os *pós* teriam a função de permitir o desfazer-se do passado, embora não se tenha nomes novos para os identificáveis problemas do presente e do futuro, nem tampouco se tenha encontrado respostas (Habermas, 1992).

Para Giddens (1991), a modernidade diz respeito a costumes, estilos de vida e organizações sociais que emergiram na Europa a partir do século XVII e que acabaram por se difundir e se tornar influentes no mundo, permitindo circunscrevê-la em um tempo e espaço delimitados. O autor afirma que a proximidade com o final do século XX nos colocou a perspectiva de mudança para uma nova era, a qual exige profunda análise das possibilidades e da emergência de um novo sistema social (*sociedade informática, sociedade de consumo, etc.*) em contraposição ao fim de uma época. O que estão em jogo, para Giddens, são os intensos questionamentos sobre as transformações estruturais, que se fundamentarão na reorientação de um sistema com base na produção de bens materiais para outro orientado pela produção do conhecimento e da informação. É possível afirmar que esses questionamentos, sejam de ordem filosófica ou epistemológica, dismistificarão a utopia da segurança e da confiança no futuro. A perspectiva desse momento nos remete a uma diversidade de reivindicações do saber, onde a ciência não ocupa um lugar de destaque ou de orientação básica.

No entanto, ao fazer essa crítica, principalmente às teorias pós-modernas, Giddens se coloca numa outra dimensão onde expressa a desorientação que se vive hoje por não se poder

mais obter conhecimento sobre a sociedade, sobre os problemas num universo tão complexo e fora do controle imediato que se possuía anteriormente; essa mudança total de valores não pode ser explicitada somente com a construção de novos termos como, por exemplo, pós-modernidade (Giddens, 1991 e 2000).

Para escapar desse tipo de falácia, deve-se entrar na essência da própria modernidade e tentar desvendá-la mais profundamente, analisando seus pressupostos e suas conseqüências na perspectiva das Ciências Sociais. Ao invés de se estar entrando num período pós-moderno, está sendo alcançado um momento onde as conseqüências da modernidade estão mais radicalizadas e universalizadas do que antes. Para Giddens, o que realmente importa é a perspectiva de descontinuidade da modernidade e suas conseqüências. A descontinuidade é a marca da história humana e está presente em vários desses momentos históricos, principalmente nos pontos de transição entre sociedades tribais e a emergência de estados agrários. Sua preocupação e atenção residem nas descontinuidades do período moderno.

Para o autor, a modernidade produziu modos de vida desvinculados dos tipos tradicionais de ordem social de maneira jamais vista, tanto na forma quanto na dimensão. Em relação à *forma*, esses modos de vida da modernidade alteraram substantivamente nosso cotidiano infiltrando-se na intimidade da existência. A *dimensão* está relacionada às possibilidades de expansão de modos diferentes numa *interconexão social* para distintas partes do planeta. Essas mudanças possuem um caráter tão marcante em função do curto espaço de tempo e da dramaticidade das questões que provocam, que não se possui nenhuma referência de períodos históricos anteriores para interpretá-las (Giddens, 1991 e 2000).

Centrando sua análise das descontinuidades históricas numa comparação entre as instituições sociais modernas e as de ordens sociais tradicionais, o autor observa três aspectos importantes: *ritmo de mudança; escopo da mudança e natureza intrínseca das instituições modernas*. O ritmo das mudanças

na modernidade é completamente diferente daqueles existentes em outros períodos históricos e diz respeito não só às questões tecnológicas mas também a outras esferas da vida social. O intuito da mudança é difuso, atinge diferentes partes geográficas do mundo e é absorvido de forma diferenciada também. A natureza interna das instituições modernas se alterou e não possui parâmetros em períodos históricos precedentes. Os exemplos mais significativos são estado-nação, dependência da produção de fontes de energia não renováveis e a completa transformação das mercadorias em produtos e trabalho assalariado.

Um bom exemplo de descontinuidade histórica é a cidade. O processo urbano atual, ao expandir-se, parte das porções mais antigas dos conglomerados humanos, dando a impressão que realmente partiu delas. Porém, *o urbanismo moderno é ordenado segundo princípios completamente diferentes dos que estabeleceram a cidade pré-moderna em relação ao campo em períodos anteriores* (Giddens, 1991: 16). Com isso, o espaço que a cidade representa passa a ser a melhor expressão das conseqüências da modernidade, onde os temas como segurança/perigo e confiança/risco representam os exemplos mais significativos do questionamento das utopias desenvolvidas com a modernidade deste final de século.

Esses temas acabam por figurar como uma aparente contradição na medida em que, por um lado, a modernidade ofereceu aos homens o desenvolvimento das instituições sociais modernas numa escala jamais sentida comparativamente ao período pré-moderno e, conseqüentemente, as possibilidades do gozo de uma existência segura e prazerosa. Assim, a modernidade possui um lado de sombras que consiste no perigo e na insegurança que as mesmas instituições oferecem (Giddens, 1991).

Giddens retorna aos clássicos do pensamento sociológico, Durkheim, Marx e Weber para analisar as conseqüências da modernidade. Os três, para ele, não foram capazes de identificar totalmente o lado de sombras da modernidade. Marx e Durkheim identificavam a era moderna como turbulenta,

porém destacavam os aspectos positivos que, segundo eles, serviriam para romper com as dificuldades. Marx, estimulado pela luta de classes, via-a como possibilidade para provocar uma ruptura na essência da ordem capitalista, dando lugar a um sistema social mais humano, o socialismo. Durkheim vislumbrava na industrialização a concretização de um viver mais equilibrado e benéfico, por meio de uma relação específica entre divisão do trabalho e moral individual. Weber, talvez o menos otimista dos três, apontava para o tão paradoxal significado do progresso material obtido à custa da expansão da burocracia, a qual impediria a difusão da criatividade e autonomia individual.

Apesar de não acreditar que a melhor maneira de ler os clássicos é apontando o que eles não previram, acho importante destacar dois exemplos pinçados de Giddens que corroboram essa ótica. Assim, para o autor, os três clássicos do pensamento sociológico não detiveram suas análises em dois pontos fundamentais das conseqüências da modernidade: a degradação do ambiente e da força de trabalho em escala jamais vista em outras épocas e a industrialização da guerra através do uso consolidado do poder político, principalmente pelo totalitarismo.

Embora tivessem apontado que o sistema produtivo adotado traria conseqüências avassaladoras para a força de trabalho, em decorrência das exigências de uma forte disciplina oriunda dos altos níveis de organização na essência do trabalho industrial, com ausência de expansão da criatividade e autonomia individuais, não há menção explícita em relação à magnitude que a degradação da força de trabalho apresentaria atualmente, nem tampouco a degradação do ambiente. Provavelmente esse fato está aliado ao momento histórico dos autores, onde a degradação e finitude dos recursos naturais estava distante de se tornar algo concreto. Com relação à industrialização da guerra, Durkheim, Marx e Weber acreditavam que o despotismo era uma característica de estados pré-modernos. No entanto, o século XX, com o fascismo, o *stalinismo*, o nazismo e a expansão dos conflitos nacionalistas nos anos

90, permite supor que a *possibilidade de totalitarismo é contida dentro dos parâmetros da modernidade ao invés de ser por eles excluída* (Giddens, 1991: 17). A industrialização da guerra, nesse sentido, é um fenômeno concreto da modernidade.

Assim, tanto a degradação ambiental como a industrialização da guerra, com seu significado mais emergente na atualidade (armamento nuclear), colocam a dimensão de caos, extermínio e finitude jamais percebidos em outras épocas. Convivemos, desta forma, no limiar de paradigmas anteriormente estabelecidos pela modernidade: segurança e confiança, passando para perigo e risco. Para Giddens, a instabilidade atual é decorrência da perda na crença do progresso, ocasionando a dissolução das *grandes narrativas* da história, com base na expectativa de que a modernidade levaria à formação de uma ordem social mais feliz e mais segura. A constatação que o autor chega, e com a qual concordamos, é que vivemos num mundo *carregado e perigoso* (Giddens, 1991: 19).

Essa constatação, que figura neste texto como pano de fundo, nos coloca e recoloca a pergunta que está embutida nesta reflexão: quais as conseqüências da modernidade para o indivíduo? Como o mesmo se orienta a partir deste conjunto de novas referências ou da quebra de referências tradicionalmente estabelecidas para o conjunto social?

Cabe aqui a discussão acerca da pós-modernidade. Lyotard⁵ foi o primeiro cientista social a discutir, em 1979, a existência de uma finitude da modernidade e da ascensão de um período pós-moderno. Vários outros cientistas sociais desenvolveram o tema partindo ou contrapondo-se às suas referências⁶.

Seu trabalho é voltado mais claramente para uma discussão da função da *narrativa* no discurso e no conhecimento científico partindo da referência às sociedades capitalistas industriais (Lyotard, 1987). O autor aponta

claramente para a existência de uma oposição entre a ciência e a narrativa enquanto uma transmissão de conhecimento. Para ele a ciência moderna vai ser caracterizada essencialmente *pela rejeição ou supressão de formas de legitimação que se fundamentam na narrativa*⁷. Os vínculos e as regras sociais são transmitidos através de narrativas que possuem ritmos próprios e mantêm as irregularidades do tempo natural, constituindo-se no *principal meio pelo qual uma cultura ou coletividade legitima a si mesma* provocando uma forma de *autorização*⁸. A premissa científica para adquirir legitimidade precisa das *narrativas* políticas e filosóficas, em geral, para sua expressão.

O período pós-moderno seria aquele onde as grandes narrativas estariam diluídas, referindo-se necessariamente a um deslocamento das tentativas de fundamentar a epistemologia e discutir a fé no progresso planejado humanamente. Na condição da pós-modernidade, somos seres que perdem as certezas de um passado definitivo e de um futuro previsível, vivenciamos então a *evaporação da grande narrativa*, o fim de *verdades* constituídas como ideologia, artes, classes sociais, a social democracia e o Estado de bem-estar social. A própria ciência perde o *status* que adquiriu com a modernidade (Lyotard, 1987; Jameson, 1991).

Essa ruptura com o *passado* remonta ao final da década de 50, início dos anos 60, e está longe de centrar-se na cultura. As diferentes discussões e teorias sobre o tema mostram o advento de um tipo de sociedade completamente nova, a qual tem recebido diferentes nomes: *sociedade pós-industrial; sociedade de consumo; sociedade da mídia; sociedade informática; sociedade de alta tecnologia*, que tem se constituído, ao mesmo tempo, como uma tomada de postura política em relação à natureza do capitalismo multinacional atual (Jameson, 1991).

Não importa se está se falando de reorganização cultural, política ou econômica, o

⁽⁵⁾ LYOTARD, 1987.

⁽⁶⁾ O conceito e as conseqüências da pós-modernidade têm sido bastante discutidos por diversos autores, a partir da reflexão empreendida por Lyotard; como referência cito: JAMESON, 1991; SANTOS, 1994; BAUDRILLARD, 1990; HARVEY, 1992; dentre alguns.

⁽⁷⁾ Steven Connor faz uma análise importante do pensamento pós-moderno e sua influência na cultura contemporânea através da leitura de três autores: Habermas, Lyotard e Baudrillard. Reporto o leitor à obra referida: CONNOR, 1992: 30

⁽⁸⁾ CONNOR, 1992: 30

fundamental, em toda essa discussão, é que o debate diz respeito necessariamente às profundas e marcantes transformações neste final de século XX que mostram expressivos sinais através das modificações radicais na organização do trabalho, hábitos de consumo, configurações políticas, poderes e práticas institucionais do Estado. O importante de tudo isso é que, afora o debate sobre o momento histórico e social, todos os autores apontam para um consenso em relação às transformações por que passa a sociedade capitalista industrial nas últimas décadas e sua forma de organização, calcada num sistema produtivo voltado para o lucro permanente como princípio organizador básico da vida econômica (Harvey, 1992: 137).

3. TRANSFORMAÇÃO E COMPLEXIDADE NA SOCIEDADE BRASILEIRA ATUAL: OS ANTECEDENTES.

Ao analisar a sociedade atual e os processos de transformação que compõem essa complexa situação, deve-se levar em conta dois momentos distintos para o caso brasileiro. Em primeiro lugar, o pós-guerra, época importante e definitiva para o desenvolvimento nacional enquanto um projeto de alinhamento e inserção do país ao capitalismo mundial. Em segundo, começa a ser observado, após a década de 70, o real significado desse modelo de desenvolvimento nas condições objetivas de vida da maioria da população brasileira, principalmente através das condições de saúde da população⁹.

O processo de construção de um modelo desenvolvimentista para o Brasil inserido ao capitalismo mundial tem uma longa história. Suas origens podem ser demarcadas a partir da década de 30, num período que se estende até 45, através do rumo dado à industrialização e à nova forma de constituição do Estado brasileiro. O papel do governo Dutra foi fundamental pela direção conservadora e pela neutralização da ação econômica estatal (Draibe, 1985).

Embora a industrialização fosse colocada como meta e processo, é a partir do início dos anos 50 que se delinea, pela primeira vez, de forma abrangente e incisiva, uma alternativa global de desenvolvimento do capitalismo no Brasil (Draibe, 1985). O impulso ostensivo se deu via o governo de Juscelino Kubitschek, instrumento de expressão das aspirações das elites brasileiras, fornecido pelo slogan de crescer *50 anos em 5*. Por fim, conquistou seu apogeu junto aos governos militares responsáveis pela instituição das condições necessárias do ponto de vista político-institucional, econômico e social para que o desenvolvimento capitalista brasileiro, com base na industrialização pesada, se concretizasse.

Desta forma, após a década de 60, o paradigma civilizatório da modernidade, calcado numa racionalidade econômica e tecnológica expressa na industrialização (Leff, 1993), tomou conta de todo o processo produtivo nacional, levando pouco em conta o passado colonial e agrícola do Brasil, inserindo-se tanto no meio urbano quanto rural, legitimando um tipo de crescimento econômico acelerado e predatório, com a transposição de um modelo preestabelecido de desenvolvimento que, para chegar a sua concretude necessitou da introdução do trabalho assalariado, passando ainda por duas fases anteriores: economia exportadora capitalista e industrialização restringida (Draibe, 1985). Nesse período a expressão *país essencialmente agrícola* torna-se uma pálida realidade (Faria, 1984).

A necessidade do progresso e desenvolvimento, a partir desta concepção, destruiu e esgotou os recursos naturais, degradou o ambiente e a qualidade de vida ao mesmo tempo em que gerou processos de exploração, opressão e exclusão do homem e dos diversos grupos sociais (Leff, 1993) e acabou por constituir toda uma mudança na relação da sociedade com a natureza. Conjugado a isso, a partir da década de 50, também se inicia um acentuado processo de urbanização no país, com aumento significativo de cidades de pequeno

⁹ Esses aspectos já foram amplamente discutidos em outra oportunidade, tanto com relação aos processos de industrialização e urbanização em si, quanto com relação às implicações dos mesmos na saúde da coletividade. Para tanto, reporto o leitor à BARBOSA, 1990.

e médio porte calcadas num processo industrial que começa a se moldar.

Em linhas gerais, a urbanização não deveria ser totalmente incompatível com a qualidade ambiental. No entanto, há um aspecto importante que deve ser acrescentado quando se discute a degradação ambiental, principalmente no meio urbano. A concentração populacional, que deveria ser um estímulo para racionalizar o acesso à saúde e aos serviços de saneamento e educação, não propiciou, efetivamente, a qualidade e disponibilidade desses serviços. A desatenção à infra-estrutura ambiental durante as décadas da implantação do projeto de desenvolvimento brasileiro causou às cidades imensos e sérios problemas ambientais. A falta de planejamento urbano adequado, aliado à incompetência administrativa e de gerenciamento dos recursos públicos, impediu investimentos em saneamento ambiental urbano, habitação, transporte público e controle da poluição. Os obstáculos institucionais para se lidar com o crescimento rápido também foram um fator importante para que o modelo de desenvolvimento implantado no país não se tornasse necessariamente uma forma de compatibilização entre a proposta urbana e os recursos ambientais; nota-se que os males da concentração populacional são agravados em mega-cidades. Não há dúvida de que a dimensão dos problemas é aumentada pela dificuldade de efetuar políticas públicas em cidades grandes e diferenciadas. De acordo com o Banco Mundial, os problemas que devem requerer um investimento maior das administrações locais a partir dos anos 90, através de políticas públicas e de planejamento ambientalmente adequados, são a proteção de ambientes urbanos, a erradicação da pobreza e o aumento da produtividade urbana (Hogan, 1993 a).

No entanto, o grande impacto desse fenômeno urbano-ambiental é mais imediato e resulta de uma total ausência de planejamento ambientalmente adequado, ocasionando desta

forma: congestionamentos do tráfego em centros urbanos; poluição do ar e águas; saneamento inadequado; coleta e remoção de lixo irregulares; destruição de terras livres; problemas graves de enchentes e desmoronamentos em locais antes não imaginados¹⁰. Os problemas de longo prazo, como a intensidade do consumo de energia e de recursos e a concentração de esgotos e de emissões, acabam, naturalmente, sendo intensificados pelos fatores de curto prazo (Hogan, 1993 a).

A própria relação agricultura-indústria-urbano, assumiu novo caráter. O estado de São Paulo é um exemplo significativo, posto que a urbanização e a industrialização estavam aqui consolidadas, o que possibilitou também a internalização e interiorização no Estado. Esses aspectos, relacionados com o avanço da industrialização da agricultura, criaram a interdependência da produção agrícola à indústria urbana de máquinas, equipamentos, implementos e insumos químicos e biológicos, tornando mais evidentes as fortes ligações e influências da agricultura no panorama urbano, cada vez menos dependente das condições de solo e clima, vinculando-se cada vez mais aos processos de produção urbano-industriais e tornando-se bastante avançado no território paulista apontando na direção de novas formas de integração do mundo rural ao mundo urbano industrial. Outro aspecto da integração da agricultura à economia urbana diz respeito às relações de trabalho agrícola e a predominância do trabalhador temporário e volante que vive na periferia das cidades¹¹.

O quadro traçado mostra as mudanças mais significativas por que tem passado o país nas últimas décadas: processo intenso de industrialização e urbanização, mudanças significativas no padrão agrícola através da industrialização do setor e alteração da relação do homem com a natureza, em função desta dinâmica e da constituição de uma nova ordem produtiva.

⁽¹⁰⁾ Em fins dos anos 90 foram registradas enchentes de grandes proporções com significativas perdas materiais e humanas em várias cidades do sudeste brasileiro. FOLHA DE SÃO PAULO, dezembro/94 e 95 e janeiro/94, 95 e 96.

⁽¹¹⁾ Sobre o trabalhador temporário nos centros urbanos consultar: D'INCAO, 1983; TARTAGLIA & OLIVEIRA, 1988. ALVES, 1991; dentre alguns.

As possibilidades que se tem hoje de construir parâmetros adequados para repensar e suplantar os problemas emergentes resultado desse perfil são entender essa dinâmica, principalmente levando-se em conta que a problemática ocasionada pela urbanização e industrialização intensas nos anos 90 não se concentram apenas na procura da história, mas na construção de uma nova história, tanto nos países do primeiro mundo quanto nos países da América Latina, que reflita sobre os *legados desastrosos da cidade moderna da segunda metade do século XX, construída demasiado rápido, dominadora e problemática*. Enfim, essa tarefa é uma intensa reflexão e busca concreta de soluções sobre o legado da fragmentação do espaço urbano, que provocou rupturas significativas entre a cidade e o campo (Tsiomis, 1994: 132).

4. AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. EXISTE UM MODELO?

O caso brasileiro em relação ao desenvolvimento e à questão ambiental possibilitou uma tomada de consciência desta relação de maneira mais tardia que nos países industrializados. A materialização dessa consciência se dá com a abertura política do país para uma democracia incipiente, mas suficiente para permitir que os principais problemas de degradação ambiental fossem denunciados. Cubatão, neste aspecto, é emblemático para o rompimento deste *silêncio*¹². Mais recentemente, existem vários trabalhos que discutem questões semelhantes para pólos industriais como Camaçari, Paulínia, Grande São Paulo, etc.¹³. A constatação maior que esses trabalhos apresentam é que essas questões são complexas e exigem um referencial mais amplo para sua análise.

Alguns aspectos que dizem respeito à qualidade de vida e à saúde ambiental são: poluição do ar, qualidade do abastecimento de água, saneamento básico, produção e destino

final de resíduos sólidos, uso indiscriminado de insumos químicos e agrotóxicos na produção agro-industrial. Esses aspectos comprometem diretamente as condições de saúde das populações residentes nos meios urbanos e rurais brasileiros da atualidade.

O comprometimento do ar da maior parte das cidades do sudeste brasileiro, tem ocasionado uma série de comprometimentos para a saúde de crianças e idosos (os mais suscetíveis às doenças respiratórias). A longo prazo, esse comprometimento torna-se mais grave com o surgimento de doenças degenerativas e cardiovasculares, principalmente para o segmento populacional em idade produtiva (Barbosa & Palomino, 1994).

Na maior parte das cidades brasileiras, o abastecimento de água, devido à deficiência de sua qualidade; a contaminação dos alimentos, aliada ao saneamento, em geral insuficiente e de péssima qualidade e a coleta, acondicionamento e destinação final dos resíduos sólidos, têm comprometido a saúde de vários moradores. As conseqüências, em geral, percebidas são as doenças infecto-contagiosas e parasitárias, causas importantes de morbidade e mortalidade no sudeste brasileiro (Possas, 1989).

Ao mesmo tempo, a mudança no padrão da dinâmica agrícola possibilitou um aumento da qualidade e quantidade da produção, embora tenha tornado o país o quarto maior consumidor de agrotóxicos do mundo (Menezes, 1987). O resultado da aplicação indiscriminada e excessiva de produtos contaminantes e altamente tóxicos na produção agrícola do país é a elevadíssima taxa de veneno no sangue da população brasileira, haja vista que os dados encontrados mostram uma diferença brutal entre alguns países e o Brasil (Custódio, 1988).

Esses agravos têm gerado um importante descompasso se considerarmos as demandas por políticas ambientais e de saúde. Se, por um lado, o desenvolvimento trouxe em seu bojo a democratização do acesso a alguns serviços sociais importantes, como saúde, educação,

⁽¹²⁾ Consultar FERREIRA, 1993.

⁽¹³⁾ Para complementar essa informação, consultar: NORONHA, 1983; BARBOSA, 1990; HOGAN, 1992 e 1993; FRANCO, 1993.

transporte, etc., a qualidade destes mesmos serviços tem piorado significativamente, fazendo com que a sociedade tenha que enfrentar as causas de morbidade e mortalidade características dos países industrializados (doenças cardiovasculares, neoplasias e causas externas) e aquelas consideradas de regiões atrasadas e pobres (diarréias, pneumopatias, e doenças epidêmicas - cólera, dengue, febre amarela, etc.). Aliado a isso, o consumo brasileiro com relação a agrotóxicos e insumos químicos na agricultura tem indicado um processo econômico e cultural que não possibilita alternativas ambientalmente satisfatórias para a qualidade de vida das populações.

Cada vez mais, existem estudos que têm mostrado que a qualidade do ambiente nos últimos anos tem se alterado em função dos aspectos já elencados e que, substantivamente, as condições de saúde tem sido comprometidas em função disso. Conceitos como *ambiente alterado* e *qualidade de vida* são necessários para entender outras demandas preponderantes para a análise proposta, tais como, a dimensão política do conceito de *progresso*, que estabeleceu as bases metafísicas para a modernização da sociedade com base na indústria, a existência de muitas carências e de problemas profundos principalmente para os países terceiro-mundistas.

Com relação ao desenvolvimento do interior paulista, pode-se destacar que as raízes da sua modernidade devem ser procuradas na própria história da região e na dinâmica de acumulação que presidiu o recente desenvolvimento das diversas áreas do Estado, tendo pouco a ver com a atuação governamental e suas políticas de atração industrial e de desconcentração da região metropolitana de São Paulo. Nas últimas décadas, o panorama dessa região indica a existência de alterações substantivas nas suas estruturas espaciais e econômicas, como perda de importância de indústrias tradicionais (têxtil, alimentícia, vestuário, mobiliário, dentre outras), passando a destacar ramos predominantemente produtores

de bens intermediários, de capital e de consumo durável, causadas por modificações na indústria e agroindústria do interior (Negri, 1988 e Tartaglia & Oliveira, 1988).

A partir deste modelo de desenvolvimento, a degradação ambiental passou a assumir, na década de 70, um caráter global, mostrando que as possíveis soluções têm que ser pensadas no coletivo e a partir da complexidade do seu significado. Não há fronteiras políticas, sociais, culturais e muito menos geográficas para a questão ambiental, pois o enfoque e as possíveis soluções deverão ser analisadas em conjunto.

Assim, apesar de todo esse quadro delineado, pode-se dizer que a década de 80, embora do ponto de vista global e principalmente para a América Latina, tenha representado um retrocesso em termos econômicos e sociais (Cepal, 1990), possui outro significado, quando possibilita, aos cientistas sociais e a outros profissionais, a consciência de se estar vivendo um processo de profundas transformações mundiais.

Os paradigmas criados após a Segunda Guerra Mundial¹⁴, baseados em estruturas tradicionais de poder e segurança (com blocos definidos de relações mundiais), começaram a ser alterados para aquelas de interdependência e bem estar social, assim como, novos atores sociais surgiram no panorama mundial, não mais determinados pela territorialidade: corporações multinacionais, movimentos sociais e políticos transnacionais e o contato, cada vez mais estreito, entre organizações internacionais¹⁵.

A consciência de crise ambiental emergiu através do questionamento ao processo de crescimento econômico que destruiu e esgotou os recursos naturais, degradando o ambiente e a qualidade de vida, gerando processos de exploração, opressão e exclusão do homem e dos diversos grupos sociais. Apesar de o *paradigma civilizatório* (Leff, 1993) da modernidade ter sido fundado em princípios de racionalidade econômica e tecnológica, acabou

⁽¹⁴⁾ Para uma discussão sobre os grandes paradigmas nas Ciências Sociais, reporto o leitor para MORIN, 1973; KUHN, 1978; IANNI, 1990; WEIL, 1991; dentre outros.

⁽¹⁵⁾ BERNAL-MEZA, 1991

por moldar instituições e esferas de organização social; os padrões tecnológicos e práticas produtivas, a organização burocrática e os aparatos ideológicos do Estado. A questão ambiental poderá conduzir a outros significados: como nova forma de planejamento, onde se explicita a necessidade de introdução de reformas democráticas ao Estado, com incorporação de outras normas ao comportamento econômico e cultural, assim como produção de novas técnicas para controlar os efeitos contaminantes e dissolver as externalidades sociais e ambientais geradas pela racionalidade do capital.

A necessidade de repensar a realidade - complexa e produto de um processo intenso de transformações sócio-ambientais - propõe a definição de novos parâmetros de análise, ou seja, através de uma nova racionalidade ambiental, como propõe Leff (1993), reorientada sobre novas bases. A perspectiva ambiental passa a ser fator básico na nova dimensão do estudo dos recursos naturais, que funcionam como algo mais que um elemento preponderante da equação do desenvolvimento (Hogan, 1993). Ao mesmo tempo, esta mesma questão abre perspectivas de análise para o processo de desenvolvimento, avaliando os novos potenciais e as possibilidades de transformação dos sistemas de produção, planejamento, pesquisa e educação, visando a construção de uma racionalidade social e produtiva alternativa (Leff, 1993).

A sociedade urbano-industrial começou a mostrar a face de uma crise sem precedentes na sua história, com a emergência de novos temas e problemas globais (como por exemplo as questões ambientais; paz e segurança; controle dos recursos naturais - percepção de que não eram infindáveis; direitos humanos e novas epidemias - AIDS é um caso típico) e que tem sido construída paulatinamente entre os anos 50 e 80¹⁶.

O tecido urbano-industrial brasileiro se firmou nesse período, pois, através da

magnitude da urbanização ocorrida no Brasil, entre 50 e 80, não pode deixar dúvida quanto à crescente concentração do conjunto da população brasileira em áreas urbanas (Faria, 1984). É justamente na década de 70 que o país experimenta um declínio de sua população rural¹⁷. Esse perfil indica uma mudança significativa nos padrões estruturais da sociedade. O importante é que, ao crescer, essa sociedade urbano-industrial, basicamente nos últimos trinta anos, altera em grande parte, sua dinâmica interna. Cresce uma classe média, com padrões de consumo e estrutura produtiva altamente conflituosas, internamente dividida em diversos segmentos, cujas visões de mundo, destino histórico e interesses variam, mas submete todos igualmente *às tensões de uma sociedade em contínua transformação, pobre, instável e desigual* (Faria, 1991).

Porém, o mais considerável desse processo de transformação é a capacidade que tem demonstrado de, que ao mesmo tempo em que apresenta características de crescimento, mediante o dinamismo de suas próprias transformações, também apresenta uma perversidade inerente ao processo, traduzida em um grau elevado de complexidade e peculiaridades.

No Brasil este processo se traduz através de elevadas taxas de crescimento aliadas a profundas transformações estruturais; apresenta um aspecto de modernidade ao deixar para o passado uma sociedade predominantemente rural, cujo dinamismo fundava-se na exportação de produtos primários de base agrícola. Sua complexidade é devida ao fato de ser marcado pelos processos que o constituíram numa das maiores economias contemporâneas, ao mesmo tempo que é peculiar, porque, apesar do tamanho e de sua complexidade, essa mesma economia urbano-industrial está longe de estabelecer características de sociedades industriais avançadas (Faria, 1991).

O processo de industrialização, com seus efeitos colaterais, trouxe as indústrias mais

⁽¹⁶⁾ Para uma reflexão mais detalhada sobre o período pós 2ª Guerra Mundial no pensamento sociológico brasileiro, sugiro a leitura de ORTIZ, 1990: 163-175; IANNI, 1989.

⁽¹⁷⁾ Para maiores detalhes sobre esse aspecto, observar: FARIA, 1984: 118 -163.

degradantes e poluentes para grandes cidades brasileiras, comprometendo ainda mais as condições de saúde dessas populações tão mal amparadas até então em termos de infraestrutura básica: esgoto, água, serviços de utilidades pública (transportes, saúde e educação), muito embora a taxa e os indicadores clássicos utilizados como indicadores sociais, como mortalidade infantil e população adulta coberta por leitos hospitalares, tenham diminuído e aumentado, respectivamente. O padrão de consumo, através de sistemas de crédito ao consumidor tenha aumentado, bem como o conjunto de valores e práticas cotidianas da população tenham se alterado¹⁸.

Enfim, o modelo de desenvolvimento, da forma como se apresenta concebido e implantado num país como o nosso, possui desvantagens em relação aos países industrializados avançados, refletindo-se, especificamente, não só na possibilidade de empobrecimento da região, mas na introdução de capitais que não geram, necessariamente, empregos suficientes para possibilitar minimizar a desigualdade social. Através da produção de bens de consumo duráveis destinados a uma parcela pouco significativa do conjunto da população, acaba por democratizar um *modus vivendi* dos países do primeiro mundo, via os meios de comunicação de massas, que têm pouco a ver com as possibilidades de acesso da população mais carente. Aliados a isso temos analfabetismo, alta concentração de renda e distribuição desigual, estabelecendo a marca registrada desse continente, com o Brasil não diferindo em nada desse contexto regional (Touraine, 1989).

Mas, o sentido dessa crise propiciou espaço para a institucionalização de outros temas na agenda do pensamento sociológico brasileiro. A reflexão sobre o próprio conceito de desenvolvimento impulsionou e criou espaço, no Brasil, para a assimilação de novos temas. Se na década de 70, nos países primeiro-mundistas, se

estabeleceu um diálogo (ou se iniciou um diálogo), em resposta à herança dos movimentos de contracultura na Europa e nos Estados Unidos, aqui esse movimento se iniciou (ou começou a se estabelecer) na década de 80¹⁹.

Assim, a questão da degradação sócio-ambiental ganhou espaço na agenda dos temas sociológicos para auxiliar na análise do questionamento do modelo de desenvolvimento. Num primeiro momento, esta discussão se fazia presente a partir do modelo de industrialização e da degradação de espaços urbano-industriais vinculado ao comprometimento das condições de saúde (Cubatão, Camaçari, Duque de Caxias e Paulínia são alguns exemplos) e hoje, nas Ciências Sociais se apresenta como um tema presente e discutido sob vários nuanças. Aliados a essa questão, começaram a surgir os movimentos sociais urbanos, organizados em torno de problemas específicos de seu cotidiano²⁰, que acabaram por dar uma outra conotação tanto às análises quanto ao movimento em torno das denúncias (Barbosa, 1990).

As análises começaram a tomar mais fôlego quando, no campo das Ciências Sociais, surgiram interesses múltiplos em abordar a questão saúde e a própria degradação ambiental, incorporando definitivamente o social de forma abrangente e não somente enquanto variável (Barbosa, 1990). Atualmente, vários problemas têm sido analisados à luz da Sociologia: esgotamento dos recursos naturais; envenenamento progressivo da biosfera; a emergência de um novo e descontrolado quadro epidemiológico devido às mudanças biológicas derivadas das atividades humanas, guerra nuclear global, modificações do clima e da atmosfera.

Pensar modelos de desenvolvimento para o Brasil remete a uma série de questionamentos e leva diretamente à reflexão sobre o conceito de qualidade de vida, a questão ambiental e ao desenvolvimento sustentável. Em paralelo, implica em uma série de transformações estruturais, como mudanças sociais, políticas e culturais. Como qualidade de vida exige uma

⁽¹⁸⁾ Sobre a deterioração da qualidade de vida em espaços urbano-industriais, é interessante observar: HOGAN, 1988: 343-64, vol. 2; FERREIRA, 1986. BARBOSA, 1990, 1991 e 1992.

⁽¹⁹⁾ Reporto o leitor para VIOLA, 1987 e 1991.

⁽²⁰⁾ Por exemplo: Associação das Vítimas da Poluição e das Más Condições de Vida de Cubatão, Dos Sem Teto, Dos Mutuários do BNH, Associações Profissionais, Movimento Por Água, da Saúde, de Favelados, Movimentos Ecológicos, Associações Ambientalistas, e também de Mulheres, Étnicos e de Minorias Sexuais.

infinidade de fatores quantificáveis e qualificáveis, pode-se supor que contribuiria para a definição de necessidades humanas²¹. Assim, este conceito deveria subsidiar as propostas para a construção de um novo modelo de desenvolvimento.

Para complementar as possíveis discussões que se possam travar sobre o modelo de desenvolvimento sustentável, é importante lembrar que ele deve estar centrado na acumulação social entendida como condição necessária da satisfação plena das necessidades básicas de todos, onde a dinâmica do desenvolvimento é dada pelo caráter sempre amplo da definição das necessidades básicas, orientada por um planejamento que envolva tanto o Estado e seus agentes, quanto a sociedade civil (Coraggio, 1992).

A questão do desenvolvimento deve ser lapidada através da referência da qualidade de vida. A definição de um modelo de desenvolvimento deverá ser dada, então, pelos homens e pela satisfação de suas necessidades humanas e não por conceitos globalizantes como países, produção, sistema social, etc, buscando transformações nas estruturas sociais. Ponto de concordância de vários autores como Galtung, 1979; Gallopín, 1986 e Coraggio, 1992, por exemplo.

Assim, a sugestão de Leff (1986) é bastante instigante porque defende um conceito abrangente no sentido em que o desenvolvimento deverá conter uma perspectiva ambiental de compreensão dos processos de transformação dos ecossistemas naturais, analisados sob uma perspectiva histórica, utilizando instrumentos científicos e técnicos apoiados nos meios sociais e políticos necessários para sua realização.

O que se pode apreender das colocações que esses autores fazem sobre uma proposta de desenvolvimento que efetivamente possa criar condições mais favoráveis à qualidade de vida das populações de espaços urbano-industriais, deverá estar apoiado em um conjunto de fatores preponderantes tais como as técnicas e conhecimentos científicos apropriados às regiões a que se destinam, aliado ao apoio político e

social necessário para alcançá-lo. Uma proposta que defenda uma qualidade de vida fundamentada na satisfação de necessidades humanas diferenciadas deverá contar com esses fatores.

5. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse texto, se propôs apresentar de forma sucinta algumas questões básicas sobre o debate do modelo de desenvolvimento e a dinâmica sócio-ambiental. Refletir sobre a dinâmica ambiental no âmbito da Sociologia contemporânea é pensar a pertinência de um modelo de desenvolvimento compatível com as necessidades ambientais que proporcionem uma qualidade de vida condizente com as reais necessidades da população; e, para tanto se faz necessário o entendimento concreto da realidade regional na qual possíveis propostas de entendimento desta dinâmica se assentam.

Esse desafio porém, tem provocado de forma decisiva os cientistas sociais a abrir horizontes para pesquisas antes não formuladas nesse campo disciplinar, bem como perspectivas de ampliação do olhar para análises interdisciplinares.

Fundamentalmente, questionar a complexidade do momento atual, passa a ter o caráter de uma discussão maior sobre o tempo histórico e social que estaremos vivendo, bem como, a necessidade premente, de ampliar este debate no interior das Ciências Sociais, pois são essas transformações sociais e ambientais decorrentes de um modelo específico de desenvolvimento que dizem respeito direto à discussão da melhoria da qualidade de vida, as possibilidades de ampliar o debate temático desta disciplina, assim como suas conseqüências imediatas para os indivíduos, inseridos neste tempo histórico e social.

6. BIBLIOGRAFIA

ALVES, Francisco José da Costa. **Modernização da Agricultura e sindicalismo: lutas dos trabalhadores assalariados rurais da**

⁽²¹⁾ COMISION DE DESARROLLO Y MEDIO AMBIENTE DE AMERICA LATINA Y EL CARIBE, 1990.

- região canavieira de Ribeirão Preto.** Tese (Doutorado em economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 1991.
- BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas. **Industrialização, ambiente e condições de vida em Paulínia, SP. As representações de qualidade ambiental e de saúde para médicos e pacientes.** Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1990.
- BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas. *Ambiente e qualidade de vida. A politização da discussão de carências (uma aproximação conceitual).* XV Encontro Anual da ANPOCS, GT: Ecologia, Política e Sociedade. Caxambu, MG, outubro, 1991
- BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas. *Salud, Ambiente y ciudadanía: el caso de Paulinia, São Paulo, Brasil.* **Revista Interamericana de Planificación.** Volumen XXV, numero 98, abril-junio, 1992.
- BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas. **Qualidade de vida e suas metáforas. Uma reflexão sócio-ambiental.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1996.
- BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas & PALOMINO, Sônia. *Poluição atmosférica no sudeste brasileiro (o caso da região de Campinas).* **Anais do ILASA,** Universidade do Texas, Austin, março de 1994.
- BAUDRILLARD, Jean. **A Transparência do mal. Ensaio sobre os fenômenos externos.** Campinas: Papirus, 1990.
- BELL, Daniel. **O Advento da Sociedade Pós-industrial. Uma tentativa de previsão social.** São Paulo: Cultrix, 1978.
- BERNAL-MEZA, Raul. **Claves Del nuevo orden mundial. Cambios centrales y condicionamientos estructurares.** Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1991.
- CEPAL. **Transformación productiva com equidad. La tarea prioritaria del desarrollo de America Latina y ele Caribe en los años noventa.** Santiago de Chile, 1990.
- COMISION DE DESARROLLO Y MEDIO AMBIENTE DE AMERICA LATINA Y EL CARIBE. **Nuestra propia agenda.** New York, 1990.
- CONNOR, Steven. **Cultura Pós-moderna. Introdução às teorias do contemporâneo.** São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- CORAGGIO, José Luiz. *Sobre el sentido de proponer una reforma urbana em los 90.* Forum Internacional da reforma urbana. Rio de Janeiro, 31/05 a 4/06/1992.
- CUSTÓDIO, Helita B. *Impactos sociais e ambientais da industrialização.* In: TARTAGLIA, José Carlos e OLIVEIRA, Oswaldo (orgs.) **Modernização e Desenvolvimento no Interior de São Paulo.** São Paulo: UNESP, 1988.
- D'INCAO, Maria Conceição. **O bóia fria: acumulação e miséria.** Rio de Janeiro: Vozes, 1983.
- DRAIBE, Sônia. **Rumos e metamorfoses: estado e industrialização no Brasil (1930 - 1960).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- FARIA, Vilmar. *Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira dos últimos trinta anos.* In: ALMEIDA, Maria Hermínia T. & SORJ, Bernardo (orgs.). **Sociedade e Política no Brasil pós-64.** São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FARIA, Vilmar. *Cinquenta anos de urbanização no Brasil. Tendências e Perspectivas.* **Novos Estudos,** CEBRAP, São Paulo, nº 29, março de 1991.
- FERREIRA, Leila da Costa. **As camadas populares e a doença.** Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1986.
- FERREIRA, Leila da Costa. **Estado e ecologia: novos dilemas e desafios.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia

- e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1993.
- FRANCO, Tânia. *Trabalho industrial e meio ambiente: a experiência do complexo industrial de Camaçari*. In: Martine, George (org.). **População, Meio Ambiente e Desenvolvimento: verdades e contradições**. Campinas: UNICAMP, 1993.
- GALLOPÍN, Gilberto. *Ecología y Ambiente*. In: LEFF, Enrique (coord). **Los Problemas del conocimiento y a perspectiva ambiental del desarrollo**. Mexico: Siglo o veintiuno, 1986.
- GALTUNG, Johan. **Development, environment and technology. Towards a technology for self-reliance**. United Nations Conference on Trade and Development. Geneva, 1979.
- GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.
- GIDDENS, Anthony. **O Mundo em descontrole**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- HABERMAS, Jurgen. **Modernidade - Um projeto inacabado** (1980). In: ARANTES, Otília & ARANTES, Paulo. Um ponto cego no projeto moderno de Jurgen Habermas. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- HARVEY, David. **Condição Pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- HOGAN, Daniel. *População e Meio ambiente. Textos NEPO*, nº 16, Campinas, 1988.
- HOGAN, Daniel. *Condições de vida e morte em Cubatão*, SP. **Anais do 6º Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Vol. 2, Olinda, 1988 (a).
- HOGAN, Daniel. *The impact of population growth on the physical environment*. **European Journal of Population**, North - Holand, 8, 1992.
- HOGAN, Daniel. *Crecimiento y distribucion de la poblacion: su relacion com el desarrollo y el meio ambiente*. CEPAL/CELADE/FNUAP, México, 1993.
- HOGAN, Daniel. *Crecimiento populacional e desenvolvimento sustentável*. **Lua Nova**. Revista de Cultura e Política. São Paulo, nº 31, 1993 (a).
- IANNI, Otávio. **Sociologia da sociologia**. São Paulo: Ática, 1989.
- IANNI, Otávio. *A crise de paradigmas na Sociologia*. **Cadernos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**, DCS/ UNICAMP, setembro de 1990.
- JAMESON, Frederic. **El posmodernismo o la lógica cultural del capitalismo avanzado**. Barcelona: Ediciones Paidós, 1991.
- KUHN, Thomas. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- LEFF, Enrique. *Sobre el concepto de racionalidade ambiental*. Madrid, PNUMA, **Formacion Ambiental**. Vol. 4, nº 7, mayo - agosto, 1993.
- LEFF, Enrique (coord). **Los Problemas del conocimiento y a perspectiva ambiental del desarrollo**. Mexico: Siglo o veintiuno, 1986.
- LYOTARD, Jean-François. **A Condição Pós-moderna**. Lisboa: Gradiva, 1987.
- MENEZES, Francisco. *Agrotóxicos*. **Revista São Paulo em Perspectiva** 1(3):45 - 49. Out/dez, 1987.
- MORIN, Edgar. **O Paradigma perdido: a natureza humana**. 3ª edição. Lisboa: Europa-América, 1973.
- NEGRI, Barjas. *As políticas de descentralização industrial e o processo de interiorização em São Paulo: 1979 - 1985*. In: TARTAGLIA, José Carlos e OLIVEIRA, Oswaldo (orgs.) **Modernização e Desenvolvimento no Interior de São Paulo**. São Paulo: UNESP, 1988.
- NORONHA, C. V. **Condições de vida e morbidade em Camaçari**. Dissertação (Mestrado em Saúde Comunitária) - Universidade Federal da Bahia, 1983.
- ORTIZ, Renato. *Notas sobre as Ciências Sociais no Brasil*. **Novos Estudos CEBRAP**, nº 27, julho, 1990.

- POSSAS, Cristina. **Epidemiologia e Sociedade. Heterogeneidade Estrutural e Saúde no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 1989.
- SANTOS, Boaventura. **Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade.** Porto: Edições Afrontamento, 1994.
- TARTAGLIA, José Carlos e OLIVEIRA, Oswaldo (orgs.) **Modernização e Desenvolvimento no Interior de São Paulo.** São Paulo: UNESP, 1988.
- TOURAINÉ, Alan. **Palavra e sangue. Política e sociedade na América Latina.** Campinas/São Paulo: UNICAMP/Trajeto Cultural, 1989.
- TSIOMIS, Yannis. *O meio ambiente e a questão urbana.* **Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente.** Curitiba/Paris: UFPR/GRID, nº 1, 1994.
- VIOLA, Eduardo. *O movimento ecológico no Brasil (1974 - 1986): do ambientalismo à ecopolítica.* **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 3(1), 1987.
- VIOLA, Eduardo. *O movimento ambientalista no Brasil (1971 - 1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável.* **XV Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciências Sociais**, Caxambu, 1991.
- WEIL, Pierre. *O Novo Paradigma holístico. Ondas à procura do mar.* In: BRANDÃO, Dennis & CREMA, Roberto (orgs.). **O Novo Paradigma Holístico.** Ciência, Filosofia, arte e mística. São Paulo: Summus, 1991.

